

TRECHOS DA ENTREVISTA DE ANA PAULA ALBUQUERQUE GRILLO À JORNALISTA JULIANA PRADO

Sobre a **criação** da Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfourri

Existem algumas coisas que a Fundação e a PUC divergem, mas existem outras em que elas estão juntas também; e essa [a criação da CVPUC], é uma delas. É importante para ambas que isso seja um marco institucional.

Quanto à **participação** na CVPUC

Sou chefe do jurídico da Fundação e sou procuradora da instituição. Tenho a minha carreira muito ligada à Igreja e à Fundasp. Estou aqui há 13 anos. (...) Além disso, o assunto que é tratado na Comissão é algo que me interessa. Além da minha carreira na Fundasp, atuo no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - Condepmaat da Secretaria de Estado da Cultura. Lá, sempre nos deparamos com assuntos que envolvem a ditadura, levantamos várias histórias sobre construções [utilizadas nessa época]. Na última [reunião], analisamos e estudamos o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-CODI. A história, cultura e a memória envolvem a minha história aqui dentro; eu tenho essa tendência. Fiz um trabalho sobre isto na Pós-graduação. Acho que talvez por isso eu tenha sido escolhida [para integrar a Comissão].

Quanto ao **funcionamento** da CVPUC

De acordo com a procuradora e consultora jurídica chefe da Fundação São Paulo, Dra. Ana Paula A. Grillo, a Fundação custeou os eventos e gastos que a Comissão gerou. Não houve nenhum impedimento de funcionamento por conta da parte financeira ou ideológica. A ideia é realmente que a gente consiga realizar os trabalhos.

Quanto à **rotina** dos trabalhos da CVPUC

Ana Paula Grillo não atua nas pesquisas, mas cuida das questões jurídica e logística, fazendo a intermediação entre a CVPUC e a Fundação. *Tenho atuado bastante na Comissão, na formalização dos convênios, dos contratos, das parcerias, a fim de que se consiga fazer este intercâmbio de informações. Também na logística, tanto de contratos, quanto do trânsito institucional das informações; no apoio e suporte que a Fundação dá às filmagens, na realização dos eventos; no custeio dos eventos, das bolsas de Iniciação Científica de alunos; tudo isso é feito por mim.*

No que se refere aos **depoimentos**

Durante os trabalhos de coleta dos depoimentos, seja gravado seja escrito, para compor a pesquisa, a Comissão enfrentou um problema importante, como relata Grillo: *A Comissão não tem o poder de polícia, o poder de convocar os torturadores. Então fazemos convites. Às vezes dá certo, às vezes não dá. Nós não temos o mesmo poder da CNV.*

Aos que aceitaram os convites, foi necessário tomar alguns cuidados para que os depoentes não se sentissem desrespeitados: *em todo esse registro tivemos o cuidado para não causar nenhum tipo de incômodo à pessoa que estava depondo; mas partimos sempre de um princípio: se ela está depondo é que ela quer ser ouvida*, afirma Grillo.

Como Ana Paula Grillo, além de procuradora da Fundação São Paulo, é também consultora jurídica chefe da instituição, esse fato contribuiu para sustentar juridicamente a Comissão durante os depoimentos prestados. *Conversei com os membros da Comissão e participei de algumas oitivas; tivemos a preocupação de saber o que pode ou não durante os depoimentos. Porque tudo o que envolve o foro íntimo de uma pessoa pode ter repercussão moral, pode gerar incômodo a quem está depondo ou a terceiros, que não estão ali.*

Caso o depoente se arrependa de ter prestado o depoimento, é necessário que ele se manifeste oficialmente. Mas Grillo ressalta que caso haja a proibição de divulgação dos depoimentos, a Comissão não será contrária à decisão do depoente: *Vamos preservar o depoimento da pessoa, já que é um conteúdo dela, é ela que está relatando aquilo. Não podemos ir contra.*

Ana Paula Grillo acredita que um dos principais problemas enfrentados foi à falta de poder de convocação dos depoentes, já que a Comissão não tem essa autoridade: *O depoimento mostra um lado, e quando você não tem o outro lado, mesmo que a pessoa não tenha argumentos, eu acho que isso é uma dificuldade. A gente teria tantas perguntas para fazer... Gostaria de ter encontrado alguns desses torturadores e perguntado: por quê?*

Ainda de acordo Ana Paula Grillo, *por este motivo os convênios foram feitos, para que as informações pudessem ser compartilhadas e usadas em ambos os relatórios de forma a esclarecer os fatos. Tornar essas informações transparentes. Esse é um dos objetivos destes convênios: agregar informação aos deles e também eles agregarem informações aos nossos trabalhos. Já fizemos alguns “confrontos” de relatórios, em que uma mesma pessoa foi citada nos depoimentos da CNV e da PUC, por exemplo.*

Papel de **D. Paulo Evaristo Arns** na PUC

Segundo Grillo, D. Paulo Evaristo Arns demonstrou interesse em dar um depoimento aos jovens. *Uma palavra de força, para mostrar que esta luta é permanente. Embora hoje a gente não viva na ditadura, temos Direitos Humanos sendo desrespeitados no mundo inteiro. Acho que a fala dele, para garantir esses direitos, é uma fala sempre atual, sempre. É impressionante a lucidez de D. Paulo sobre este tema [resistência e democracia] e a força que ele mostra, ainda, sobre isso. Acho que o maior legado que ele deixou para a Universidade é esse espírito de luta. E essa luta pelos Direitos Humanos.*

Entrega do Relatório da CVPUC

De acordo com Grillo, antes do Relatório Final ser apresentado ao público, algumas etapas devem ser seguidas pela Comissão: *finalizado o Relatório, ele irá para a Fundação, será avaliado e dada a destinação correta que, no caso, seria o armazenamento, registro e a disponibilização do local.*

Mas, ela ressalta que o conteúdo deste material não está sujeito a um crivo da Fundação São Paulo, já que a Comissão tem autonomia de pesquisa, trabalho, periodicidade de encontros, proposição de eventos; ou seja, ela tem liberdade de trabalho, o que é muito

importante. Segundo ela, *essa garantia de liberdade de pensamento é algo que a Fundação São Paulo procura garantir.*

A entrega do relatório serve como uma prestação de contas do trabalho desenvolvido. Não está sujeito a análises ou cortes. Juridicamente ele será revisado só para orientar sobre a maneira como se deve referir a algo. Em momento algum, o conteúdo será modificado; às vezes, só a forma de apresentação, afirma Ana Paula Grillo.

Próximo desafio

Após a entrega do material, a criação de um memorial/site será a próxima etapa a ser cumprida: *os trabalhos estão seguindo o cronograma. Nós prorrogamos os trabalhos da Comissão porque também foram prorrogados os da CNV. Agora, devemos encerrar os trabalhos e vamos ter os desdobramentos: a criação do local de armazenamento dos dados, das imagens, coleta dos termos de disponibilização das imagens. Existe ainda todo um trabalho até ser criado o site/memorial.*

Outra ideia é a seguinte: será criado um percurso guiado dentro da Universidade. A princípio, este percurso mostrará e identificará lugares na PUC onde aconteceram fatos importantes. A partir daí, um totem marcaria o local contendo explicações sobre o ponto histórico. A ideia ainda está sendo esboçada, mas há a preferência por fazer algo interativo ao invés de ter apenas um lugar com totem fixo.

Valor da documentação e materiais colhidos:

De acordo com Ana Paula Grillo, a Fundação São Paulo tem interesse de colher, registrar e mostrar tudo o que ocorreu dentro da Universidade, já que isto tem um valor pedagógico e social, pois *quando você tem essa disponibilidade de abrir e mostrar os seus erros e os seus acertos, você ajuda a sociedade a se repensar. Isso é um trabalho de educação. O valor dessa documentação tem uma simbologia muito grande, muito forte para a história nacional,* afirma Grillo.

A Comissão deve garantir o valor dessa representação e do trabalho realizado, porque isso serve como história e como um exemplo para que fatos errôneos não se repitam mais. E, para lembrar que aquela luta de D. Paulo Evaristo Arns, até 1988, é uma luta permanente.

Ainda de acordo com a representante da Fundação, não há uma preocupação de que a Comissão possa cair no esquecimento, já que o trabalho que está sendo realizado é educativo. Quando, hoje, você fala para um jovem sobre a ditadura, isso é uma coisa muito longe; agora, quando você traz a história e a registra, ela se torna uma coisa concreta, você traz esse jovem para a realidade. E aí, ele passa a se questionar se isso é legal ou não. Então, para você fazer com que os jovens se questionem é importante que eles tenham acesso a essas informações. Por isso acho que [o trabalho da Comissão] não vai cair no esquecimento. Uma forma de concretizar isto é criar interesse por meio de plataformas que facilitem o acesso [a essas informações] para esses jovens, o que já está sendo realizado, com a criação do site.